

# Organismos participativos de avaliação da conformidade orgânica e oportunidade para acesso a mercados em rede: experiência do Projeto algodão em consórcios agroecológicos

**| Ita Porto de Oliveira**

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

IFSertãoPE

**| Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco**

Instituto Federal do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE

**| Fábio dos Santos Santiago**

Diaconia

**| Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira**

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

**| Angela Maria dos Santos Schepp**

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

**| João Alves do Nascimento**

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

**| Romário Alves Meira**

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

**| Denes Dantas Vieira**

Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf

**| Alineaurea Florentino Silva**

Embrapa Semiárido

**| Cristiane Moraes Marinho**

Instituto Federal do Sertão Pernambucano -

# RESUMO

O enfrentamento da realidade da insegurança alimentar no Semiárido do Brasil passa pela necessidade da organização da produção agrícola de sistemas produtivos da agricultura familiar em bases agroecológicas. Vem da agricultura familiar parte significativa da produção de alimentos para suprir circuitos de comercialização mais justos e solidários. Esse relato de experiência pretende dar luz à reflexão e demonstrar que é possível consolidar um modelo de sustentabilidade de produção agroecológica no Semiárido do Nordeste brasileiro, com agregação de valor para acesso a mercados por meio da certificação orgânica de Sistemas Participativos de Garantia em agroecossistemas de produção familiar dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs), gerando inclusão econômica e social de homens, jovens e mulheres rurais de populações tradicionais da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, quilombolas e indígenas, com mitigação e adaptação climática e na perspectiva de desenvolvimento de paisagem.

**Palavras-chave:** Agroecologia, Desenvolvimento Sustentável, Agricultura Familiar, Algodão Orgânico, Segurança Alimentar e Nutricional.

## ■ INTRODUÇÃO

Segundo estudos de Gazolla *et al.* (2022), a agricultura familiar é uma forma social de produção e trabalho predominante em todas as regiões e espaços rurais. No mundo, existem cerca de 570 milhões de unidades de produção, sendo que mais de 90% são familiares, possuindo 75% das terras agrícolas. Esta forma social é ainda responsável por 80% dos alimentos que circulam no mundo. Na América Latina e Caribe (ALC) a agricultura familiar totaliza cerca de 17 milhões de unidades, agrupando uma população de 60 milhões de pessoas. Além disso, representa cerca de 75% do total das unidades produtivas da região e, em alguns países, este percentual ultrapassa os 90%.

No Brasil, ainda segundo Gazolla *et al.* (2022), nossa realidade caminha semelhantemente ao contexto da América Latina e Caribe (ALC), pois, segundo o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE (2019), a agricultura familiar representa cerca 3,9 milhões de unidades de produção agrícola, o que significa 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Isso significa uma ocupação de 81 milhões de hectares que representam apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país. Ainda segundo o mesmo censo, a agricultura familiar ocupa uma força de trabalho rural de 10,1 milhões de pessoas, significando 67% do total de trabalhadores e trabalhadoras ocupando esse setor da agricultura no Brasil. Sendo responsável por 23% da produção agropecuária brasileira, o equivalente a R\$ 107 bilhões de reais.

Os formatos de organização da agricultura familiar são cada vez mais necessários para fortalecer a soberania alimentar dos países, mas, especialmente, uma oportunidade para olhar para o desenvolvimento territorial sustentável a partir de sistemas que reforcem a organização social e da produção agrícola, visando a geração de renda a partir de iniciativas justas de acesso a mercados, em formatos mais horizontais e solidários nas relações comerciais a partir de circuitos de comercialização em bases agroecológicas.

No Brasil e no mundo, os estudos sobre mercados e desenvolvimento sustentável, relacionados a agricultura familiar são muito importantes, sendo que no país o tema ainda é muito recente e com destaque para contribuição de alguns estudiosos, nacionais e internacionais, de referência a exemplo de Sérgio Schneider, Eric Sabourin, Amartya Sen, John Wilkinson, Kate Raworth, Eduardo Sevilla Guzman e Ricardo Abramovay. Algumas iniciativas no campo do acesso a mercado para o fortalecimento da agricultura familiar em bases agroecológicas têm sido importantes ao longo dos anos, principalmente políticas públicas de incentivo à organização social e da produção agrícola, e implementação de espaços de comercialização como as feiras agroecológicas, implementadas pelos Organismos de Controle Social (OCS), as políticas governamentais de compra da agricultura familiar como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação

Escolar (PNAE) e os Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) através dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPACs).

Os SPGs surgiram como alternativas para inclusão de agricultores e agricultoras familiares no mercado de produtos orgânicos, devido aos altos custos da certificação por auditoria, que tornava inviável pelos altos custos (HIRATA, 2020). Uma de suas principais características é o chamado controle social, instrumento de garantia da conformidade legal da produção. Esse sistema é realizado a partir de metodologias coletivas, como visitas de pares, visitas de verificação, mutirões comunitários, encontros mensais e organização da produção a partir de instrumentos específicos como plano de manejo da propriedade e caderno de campo (BRASIL, 2022).

Esse relato de experiência tem como objetivo, descrever a caminhada de fortalecimento dos Organismos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPACs) a partir dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) no âmbito da promoção do desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar do Semiárido brasileiro, com destaque para os impactos sociais, ambientais e econômicos do Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos, executado em seis estados e 07 territórios no Nordeste do Brasil.

## ■ DETALHAMENTO DA EXPERIÊNCIA

### **Antecedentes históricos**

A primeira fase do Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos aconteceu entre os anos de 2008 a 2014, no âmbito do Projeto Dom Helder Câmara, executado pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), via Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e com apoio financeiro do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). O objetivo da iniciativa na época era gerar referência para criação de políticas públicas que visassem o desenvolvimento territorial tendo como base os princípios da produção orgânica certificada pela agricultura familiar (RELATÓRIOS DIACONIA, 2022).

Além disso, a proposta também tinha como objetivo desenvolver redes de articulações, estimular a participação em conselhos e comitês territoriais e gerar espaços de construção de parcerias com a iniciativa privada como bancos e com iniciativas governamentais em todos os âmbitos, olhando para as oportunidades geradas a partir dos mercados dos orgânicos e comércio justo. Na época, o projeto também desenvolvia estratégias de atuação a partir da abordagem de outros temas estratégicos como justiça de gênero, saneamento básico, juventudes, entre outros. Com isso, a proposta era fortalecer os colegiados territoriais apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, envolvendo e fortalecendo as

organizações de bases comunitárias, a partir de iniciativas de produção de alimentos em bases agroecológicas em um movimento de desenvolvimento territorial sustentável, tendo o cultivo de algodão orgânico como mola propulsora da iniciativa.

Na época, uma das estratégias que o projeto lançou mão foi o estímulo a criação de organismos de auditoria participativa no âmbito da agricultura familiar, através dos Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade Orgânica (OPACs), preconizados pela lei federal nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003 e o Decreto Federal nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007 que regulamentou a avaliação da conformidade orgânica em unidades familiares de produção visando a geração do selo brasileiro orgânico a partir da implementação dos Sistemas Participativos de Garantia (SPGs). Na época, 07 Organismos Participativos de Avaliação de Conformidade Orgânica (OPACs) foram credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), responsável pela fiscalização da certificação orgânica no Brasil.

A partir de 2015, como consequência da instabilidade política nacional, os OPACs, então criados, sofreram desarticulação com a falta do acompanhamento sistemático que recebiam da assessoria técnica pública no âmbito do Projeto Dom Helder Câmara. Da mesma forma, os colegiados territoriais e várias políticas públicas de apoio à agricultura familiar passaram por desmontes, prejudicando as ações de desenvolvimento da região do Semiárido. Segundo SABOURIN *et al* (2020), o desmantelamento das políticas públicas agrícolas nesse período também teve semelhança ao contexto político crítico na Argentina na mesma época.

### **Execução do Projeto a partir da relação com a Diaconia**

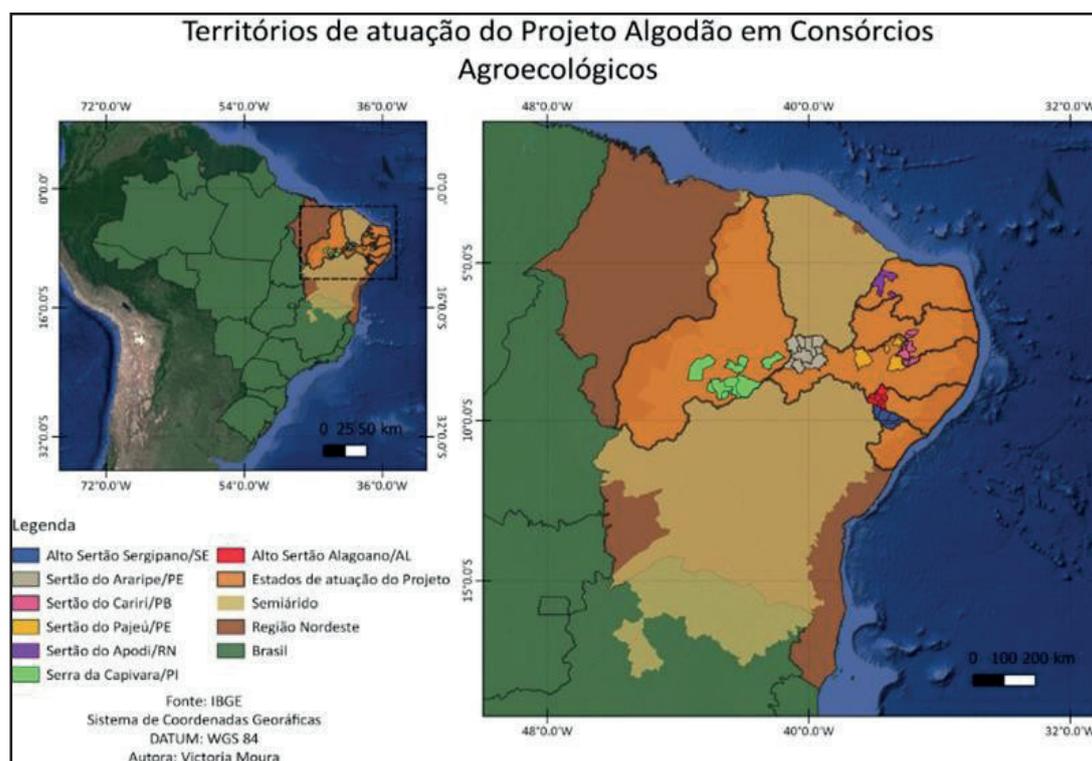
A Diaconia é uma organização privada sem fins lucrativos, de inspiração cristã, fundada em 1967 com o propósito de desenvolver ações sociais em todo o país. Mais de 55 anos depois, a instituição tem um vasto currículo em desenvolvimento territorial, com foco no desenvolvimento de práticas e tecnologias para convivência equilibrada com o meio ambiente e na promoção da segurança alimentar, hídrica e nutricional. Ganhou maturidade na execução de trabalhos focando sua intervenção no Nordeste brasileiro, e direcionando sua ação para o fortalecimento da organização e autonomia das populações mais vulneráveis.

A Diaconia tem desenvolvido desde 2018 o Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos em colaboração com um consórcio de parceiros e apoiadores financeiros. O Projeto se iniciou com apoio financeiro do Instituto C&A e Porticus Foundation, atualmente é apoiado pela Laudes Foundation, o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura – FIDA por meio do Projeto AKSAAM/Universidade Federal de Viçosa (UFV)/ Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (IPPDS)/FUNARBE e a Inter-American Foundation (IAF). No âmbito da Cooperação Sul Sul, o Projeto se aproximou do

Projeto + Algodão-FAO/Agência Brasileira de Cooperação (ABC) - Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Governo do Paraguai.

A implementação do Projeto é realizada em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS)/Campus Sertão/Nossa Senhora da Glória/SE e ONGs que fazem assessoramento técnico aos OPACs. O arranjo se dá da seguinte forma: Sertão do Pajeú (PE\_ – ONG Diaconia e OPAC ASAP; Sertão do Araripe (PE) – ONGs Chapada e Caatinga e OPAC ECOARARIPE; Sertão do Cariri (PB) – ONG Arribaçã e OPAC ACEPAC; Serra da Capivara (PI) – ONG Caritas de São Raimundo Nonato (SRN) e OPAC APASPI; Sertão do Apodi (RN) – ONG Diaconia e OPAC ACOPASA; Alto Sertão Alagoano (AL) – ONG Instituto Palmas e OPAC Flor de Caraibeira; Alto Sertão Sergipano (SE) – ONG CDJBC e OPAC ACOPASE. É uma ação de fortalecimento de Sistemas Participativos de Garantia (SPGs)/ Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPACs) em 07 territórios e 06 estados na região semiárida do Nordeste do Brasil, como demonstra a Figura 1.

**Figura 1.** Mapa de atuação do Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos no Nordeste brasileiro.



Fonte: IBGE (2021).

O foco principal do Projeto é apoiar a produção e comercialização sustentável em prol da autonomia dos SPGs/OPACs, onde é possível colocar na pluma de algodão e alimentos produzidos nas unidades familiares produtivas (UFPs) o selo orgânico brasileiro. Esse período do projeto durou 04 anos, se estendendo até meados de 2022. Dessa forma, o Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos se propôs a consolidar um modelo de sustentabilidade de produção agroecológica no semiárido do Nordeste brasileiro, com agregação de

valor de acesso a mercados por meio da certificação orgânica de Sistemas Participativos de Garantia (SPGs) em Unidades Familiares Produtivas (UFPs) dos Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs), gerando inclusão econômica e social de homens, jovens e mulheres rurais de populações tradicionais da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, quilombolas e indígenas, com mitigação e adaptação climática e na perspectiva de abordagem de paisagem.

A legislação brasileira prevê três diferentes maneiras de garantir a qualidade orgânica dos seus produtos: a Certificação, os Sistemas Participativos de Garantia e o Controle Social para a Venda Direta sem Certificação. Os chamados Sistemas Participativos de Garantia, junto com a Certificação, compõem o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg. Para o seu bom funcionamento, os Sistemas Participativos de Garantia caracterizam-se pelo Controle Social e a Responsabilidade Solidária, o que possibilita a geração da credibilidade adequada a diferentes realidades sociais, culturais, políticas, institucionais, organizacionais e econômicas (BRASIL, 2008).

Os seguintes OPACs fazem parte do Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos: Flor de Caraibeira (Alto Sertão de Alagoas); Associação Agroecológica Sertão do Pajeú – ASAP (Sertão do Pajeú-PE); Associação de Certificação Participativa dos Produtores Agroecológicos do Cariri Paraibano – ACEPAC (Cariri-PB); Associação dos Produtores Agroecológicos do Semiárido Piauiense – APASPI (Serra da Capivara-PI); Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi – ACOPASA (Sertão do APODI-RN); Associação de Certificação Orgânica Participativa de Agricultores e Agricultoras do Alto Sertão de Sergipe – ACOPASE (Alto Sertão de Sergipe); e a Associação dos Agricultores e Agricultoras Agroecológicos do Araripe – ECOARARIPE (Sertão do Araripe-PE).

Com perspectiva de aumentar o número de famílias agricultoras participando dos momentos de formação e pesquisa participativa nas Unidades de Aprendizagem e Pesquisa Participativa (UAPs), com acesso às regras e boas práticas do algodão em consórcios agroecológicos e funcionamento dos SPGs/OPACS para o controle da qualidade orgânica nas UFPs, foram criados os “núcleos de produção” a partir do final de 2020. Esses reúnem agricultores e agricultoras participantes de grupos de produção que ficam mais próximos geograficamente.

Em cada ‘núcleo de produção’ há uma UAP, ou seja, um consórcio agroecológico com algodão, onde acontece os módulos de formação de implementação do protocolo de regras e boas práticas (6 módulos/ano) e o funcionamento da certificação orgânica à luz do SPG (6 módulos/ano). As formações são conduzidas por agricultores e agricultoras multiplicadores com apoio do assessoramento técnico das ONGs, mediante a metodologia

do “aprender fazendo” e acompanhando o ciclo natural das chuvas e desenvolvimento dos consórcios agroecológicos.

**Tabela 1.** Descrição da nucleação dos 07 OPACs de abrangência do Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos.

Território	Nº de municípios	Nº de grupos de produção	Nº de núcleos	Nº de comunidades e assentamentos	Nº de UAPs	Nº de agricultores/as multiplicadores/as
Alto Sertão Alagoano	7	13	3	13	3	4
Alto Sertão Sergipano	7	46	4	46	4	4
Cariri Paraibano - PB	10	47	4	47	4	4
Serra da Capivara - PI	10	74	5	74	5	5
Sertão do Apodi - RN	7	30	4	30	5	5
Sertão do Araripe - PE	10	54	6	54	6	6
Sertão do Pajeú - PE	5	21	4	21	4	4
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>285</b>	<b>30</b>	<b>285</b>	<b>31</b>	<b>32</b>

Com essa metodologia consolidada, se espera que a inserção de novas famílias no mesmo grupo de produção ou a formação de novos grupos seja orientada pelas próprias famílias com uso do protocolo, cadernos de formação nas UAPs, certificação orgânica participativa, entre outros. A descentralização das formações nas UAPs nos ‘núcleos de produção’ já vem promovendo maior envolvimento e distribuição de responsabilidades entre as famílias agricultoras do SPGs/OPACs, como se vê na Tabela 1 com a descrição da nucleação dos 07 OPACs de abrangência do Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos. O desenho de funcionamento do SPG por via ‘núcleo de produção’ (Figura 2) vem colocando as famílias agricultoras na ‘linha de frente’ do controle da qualidade orgânica nas UFPs.

**Figura 2.** Desenho do funcionamento do Sistema Participativo de Garantia (SPG) dos 07 OPACs envolvidos no Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos, com destaque para a nucleação dos grupos de produção.



Fonte: Diaconia (2021).

Isso é fundamental, pois o aumento da produção em escala se dará com a participação de mais famílias, principalmente devido a realidade agrária do tamanho e ocupação dos estabelecimentos rurais no Semiárido do Nordeste do Brasil.

Segundo o boletim regional, urbano e ambiental do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA 2020), o numeroso contingente de agricultores familiares nordestinos detém tão somente 36,6% da área de mais de 70 milhões de hectares ocupada pelos estabelecimentos agropecuários. Enquanto isso, o setor patronal, representado por apenas 20,8% dos produtores recenseados, ocupa 63,4% da área total, indicando a persistência de uma acentuada desigualdade na distribuição dos recursos naturais associados à posse da terra.

## ■ DISCUSSÃO

Em 2021, o público do Projeto alcançou 1.341 famílias agricultoras, onde 848 produziram algodão em consórcios agroecológicos com certificação orgânica participativa e em transição para o mercado orgânico e comércio justo, em 56 municípios e envolvimento de 285 comunidades e assentamentos/grupos locais de produção.

A produção com certificação orgânica participativa em 2020 foi recorde pelos SPGs/OPACs com produção de 66,01 toneladas de pluma de algodão, 105,68 toneladas de caroço de algodão, 90 toneladas de feijão, 352 toneladas de milho e 19,6 toneladas de gergelim, nos territórios de atuação do Projeto (7), com a participação de 847 famílias agricultoras e em 46 municípios. Isto denota que a organização da produção em rede dos SPGs/OPACs é o caminho para formalização de outros contratos para venda de caroço de algodão, milho, feijão e gergelim, amendoim, girassol, entre outros. Assim sendo, com potencial de promover ganhos financeiros maiores e frequentes ao longo do ano para as famílias agricultoras.

Há evolução da composição da receita bruta da produção (RBP) média (R\$) dos consórcios agroecológicos por família em todos os territórios de atuação do Projeto (2021), com destaque especial para o Sertão de Apodi (RN) que ultrapassou os R\$ 3.200,00. Os OPACs recém-criados no Sertão de Alagoas e Sertão de Sergipe, já apresentam evolução significativa. Os territórios da Serra da Capivara (PI), Sertão do Pajeú (PE), Sertão do Cariri (PB) e Sertão do Araripe (PE) apresentaram R\$ 2.193,00 R\$ 1.202,00, R\$ 2.103,00 e R\$ 884,00, respectivamente.

### **Participação das mulheres na gestão dos OPACs**

No balanço de 2020, dos cargos de tomadas de decisão nos OPACs 42% foram ocupados por mulheres. Houve a criação de 32 “novos cargos” de agricultor e agricultora multiplicadores. Para tanto, procurou-se equilibrar a participação de mulheres, homens e

jovens. O caderno de Justiça de Gênero produzido pelo Projeto vem sendo usado como referência nos encontros de formação e por outras organizações. Dos 7 OPACs, 5 OPACs (71,43%) têm uma mulher como presidente, sendo eles: Sertão do Apodi – RN, Flor de Caraibeira – Alto Sertão de Alagoas, ACOPASE – SE, ECOARARIPE – PE e ACEPAC – PN.

A equipe técnica da Diaconia vem trabalhando juntamente com assessoramento das ONGs e as mulheres dos OPACs na elaboração de um caderno de campo para anotações da rotina diária das mulheres, além das atividades relacionadas ao consórcio agroecológico. O material prever registro das horas destinadas da mulher para à casa, quintal, educação dos filhos, alimentação das famílias, criação de animais, artesanato, hortas e plantas medicinais, pomar, entre outras. Já houve reunião com os territórios para o esboço do documento e se encontra na fase final de revisão. O documento servirá de base para as formações territoriais com as mulheres dos OPACs quanto a visibilidade do trabalho nas UFPs. Posteriormente, haverá uma avaliação a partir da metodologia utilizada e os resultados obtidos.

Foi implementada a ferramenta para estimativa de emissão de gases do efeito estufa (KPMG/Laudes Foundation). Em 2020, na Serra da Capivara (PI) a média de emissão na produção de algodão mais alimentos foi de 46 kgCO<sub>2</sub>e/ha e no Sertão do Pajeú (PE) de 115 kgCO<sub>2</sub>e/ha. Tais emissões são baixas em comparação ao algodão australiano adensado (1.367 kgCO<sub>2</sub>e/ha) e espaçado (1.274 kgCO<sub>2</sub>e/ha).

A experimentação em tecnologias poupadoras de mão de obra é fundamental para a manutenção e elevação do número de famílias ao longo do tempo. Os testes já realizados revelam a necessidade em alargar o acesso das tecnologias, desde o preparo da terra (microtrator), semeadura (plantadeiras), manejo das plantas espontâneas (moto cultivador) à colheita (aspirador à gasolina). Isso é fundamental para equilibrar com a escassez de mão de obra existente nas UFPs, além do impacto significativo na melhoria da qualidade do tempo das mulheres agricultoras.

Em parceria com o SENAI Têxtil e Confecções da Paraíba, 14.930 kg de pluma de algodão com certificação orgânica participativa da ACEPAC (PB) foram transformados em fio (12/1) e comercializados para empresa Veja Fair Trade. Essa parceria com o SENAI é estratégica, pois é a primeira vez na história que uma organização de base da agricultura familiar vendeu fio de algodão orgânico para uma empresa do comércio justo e mercado orgânico internacional. Ademais, vai contribuir para aumentar a geração de renda e servir de referência para os demais SPGs/OPACs apoiados pelo Projeto;

O Projeto recebeu uma homenagem da Câmara Municipal da Prata/PB, Sertão do Cariri/PB, pelo trabalho que vem fazendo tanto no município quanto no território do Cariri/PB no âmbito do algodão agroecológico com certificação orgânica participativa. Naquele

momento, a Coordenação do Projeto apresentou a estratégia de comercialização do algodão e demais produtos, evidenciando os preços e prêmios diferenciados que vêm sendo pagos pelo comércio justo e mercado orgânico. Isso despertou o interesse e em seguida aprovação no parlamento municipal do Projeto de Lei 017/21 (emenda impositiva) - subsídio a agricultores e agricultoras certificados pela ACEPAC/PB. O subsídio será de R\$ 2,00 por kg de produto agrícola orgânico com certificação participativa e vendido pela ACEPAC/PB com Declaração de Transação Comercial (DTC). É uma conquista inédita de incidência política em prol da certificação orgânica participativa com acesso a mercados por uma organização de base da agricultura familiar – ACEPAC/PB.

## ■ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como aprendizados na caminhada de implementação do projeto, o olhar integrado da paisagem somado a ação coletiva representada pelos SPGs/OPACs e o crescimento da produção em bases agroecológicas apontam a possível continuidade do mesmo. Neste cenário, se faz necessária a consolidação das ações e abertura da iniciativa para mais famílias agricultoras. Pretende-se com a nova fase do Projeto a expansão da produção e comercialização de produtos com certificação orgânica participativa na lógica de paisagem na região semiárida do Nordeste do Brasil, através de uma agricultura familiar associada aos SPGs/OPACs. Isso é uma oportunidade de geração de renda, mitigação e adaptação de mudanças climáticas e impulsionar a economia circular, regenerativa e inclusiva.

A sustentabilidade do Projeto vem do acesso a mercados e o avanço das cadeias de valor dos outros produtos agrícolas com o selo brasileiro orgânico (gergelim fracionado, óleo de gergelim, tahine, amendoim cru e torrado, pasta de amendoim, frutas de época, polpas de fruta e plantas de adubação verde – feijão de porco, crotalária juncea, mucuna preta e cinza, cunhã, entre outras). Ademais, uma proposta que integre a produção de mudas nativas em viveiros para recomposição vegetal de nascentes e córregos d'água e plantio nas niveladas básicas dos consórcios agroecológicos de famílias agricultoras nas UFPs, assim como alargar o acesso às tecnologias poupadoras de mão de obra. A experiência do Projeto tem muito a contribuir para a formulação de novas políticas públicas de incentivo à Agricultura Familiar, em especial, com o novo contexto político que o país iniciará a partir de 2023.

Outro fator importante ao longo da vivência do projeto são as importantes parcerias na caminhada de sua execução. Essa rede de parceiros é estratégica para dar continuidade o apoio ao avanço da maturidade dos OPACs para um horizonte de 10 anos. Esse período é fundamental para que os OPACs estejam completamente no domínio da gestão de funcionamento dos SPGs, calendário agrícola, planejamento da produção – descaroçamento – comercialização, comunicação com os mercados, diálogo com o MAPA, participação em

espaços colegiados de formulação e execução de políticas públicas no desenvolvimento da agricultura familiar, entre outros. A venda por 2 anos da pluma de algodão com certificação orgânica para o mercado orgânico e comércio justo pelos os OPACs vem gerando uma “força motriz” para o avanço da comercialização dos demais alimentos dos consórcios agroecológicos como o milho, feijão e gergelim, assim como das demais áreas (frutas, hortaliças, forragem, entre outros) das UFPs.

Os resultados da caminhada do Projeto Algodão em Consórcios Agroecológicos se propõe a contribuir com a consolidação de mais um modelo de sustentabilidade de produção agroecológica no semiárido do Nordeste brasileiro, com agregação de valor de acesso a mercados por meio da certificação orgânica dos SPGs em UFPs dos OPACs, gerando inclusão econômica e social de homens, jovens e mulheres rurais de populações tradicionais da agricultura familiar, assentamentos da reforma agrária, quilombolas e indígenas, com mitigação e adaptação climática e na perspectiva de abordagem de paisagem.

## ■ REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. 2007. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm) Acesso em: 14 de novembro 2022.
2. BELTRÃO, Napoleão Esberard de Macêdo *et al.* **Algodão agroecológico : opção de agronegócio para o semiárido do Brasil.** - Campina Grande (PB): Embrapa Algodão, 2009. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Produtos orgânicos: sistemas participativos de garantia.** Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília :Mapa/ACS, 2008.
3. SABOURIN, Eric & CRAVIOTTI, Clara & MILHORANCE, Carolina. (2020). The Dismantling of Family Farming Policies in Brazil and Argentina. 2. 1-25. 10.4000/irpp.799.
4. GAZOLLA, Marcio et al. Editorial: **Agricultura familiar: contribuições para o desenvolvimento regional no sul do Brasil.** DRd – Desenvolvimento Regional em debate, v. 12, ed. esp. (Dossiê), p. 1-6, 11 fev. 2022.
5. IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 17 jul de 2022. FILIPAK, Alexandra. **Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil (2003-2015): análise a partir da percepção de mulheres rurais e de movimentos sociais mistos.** São Paulo: EDIFSP 2021, 457p.
6. AQUINO, J. R.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira.** Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 56, n. 1, p. 123-142, jan./mar. 2018.

7. HIRATA, Aloísia Rodrigues. ROCHA, Luiz Carlos Dias. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: Histórias e Experiências** – Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020. 226 p
8. MEIRELLES, L. **A origem da certificação participativa e o desafio dos sistemas participativos de garantia**. In: HIRATA, A. R.; ROCHA, L. C. D. da. **Sistemas participativos de garantia do Brasil: histórias e experiências**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2020, p.51-64.
9. NEVES, Delma Pessanha. **A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional**. In: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E. M. (Orgs.). **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002, p. 133-159.

